



Boletim nº 4 - MERCOSUL - 16 de dezembro de 2010

Jornadas Binacionais de Família, Infância e Adolescência discutem cooperação judicial internacional no MERCOSUL

Os meses de novembro e dezembro contaram com dois encontros de grande importância para a Justiça do MERCOSUL, realizados nas cidades uruguaias de Salto e Rivera.

Possibilitadas a partir da articulação entre a **Associação Internacional MERCOSUL dos Juizes da Infância e Juventude (AIMJJ)** e instituições associadas da Argentina, Brasil e Uruguai, as jornadas tiveram como principal objetivo o fortalecimento da interlocução e da cooperação entre os poderes Judiciais dos três países.

"Ambas as jornadas significaram um passo muito importante, de muito êxito e com ótima participação. Os eixos temáticos foram a cooperação judicial internacional, adoção e tráfico de crianças", afirma o magistrado uruguaio e copresidente da **AIMJJ**, Ricardo C. Pérez Manrique.

Jornada Binacional de Rivera

Com a participação de aproximadamente 60 pessoas, a primeira jornada ocorreu no dia 20 de novembro, na cidade uruguaia de Rivera, que limita com o município brasileiro de Santana do Livramento.

Segundo a juíza uruguaia, Isaura Tórtora, que colaborou com a organização do evento, a jornada teve grande relevância por abordar desafios enfrentados no exercício diário da magistratura em regiões de fronteira. "Tende-se a agilizar a comunicação entre magistrados dos dois países para poder alcançar soluções. Por exemplo: quando temos que executar uma sentença em que uma parte se encontra radicada em outro país, como podemos facilitar esse cumprimento?", observa a magistrada.

Como importante resultado do encontro, a juíza destaca a decisão de realizar reuniões periódicas entre magistrados brasileiros e uruguaios com a finalidade de fortalecer a cooperação internacional. Os temas centrais dessas discussões serão os obstáculos referentes à tradução de documentos para o espanhol e para o português, assim como os procedimentos burocráticos e diplomáticos que intermediam a comunicação de juizes brasileiros e uruguaios.

Jornada Binacional de Salto

O segundo encontro ocorreu na cidade de Salto, Uruguai, que limita com o município de Concórdia, Argentina. Com um público aproximado de 80 pessoas, a jornada ocorreu entre os dias 3 e 4 de dezembro. Foram desenvolvidos debates similares aos realizados em Rivera, com especial interesse para a temática da violência doméstica.

A juíza uruguaia, Raquel Gini, que participou da organização da jornada, também destaca o grande interesse dos participantes com relação às conferências que discutiram a nova lei uruguaia de adoções. Para a magistrada, contudo, tão importante quanto a relevância dos temas propostos, foi a diversidade do público presente: "é muito enriquecedor quando há uma oportunidade de se relacionar com operadores de outras áreas e de outros países", afirma.

Separadas pelo Rio Uruguai, as cidades de Salto e Concórdia não apresentam o mesmo nível de integração territorial que se observa entre Rivera e Santana do Livramento, onde se entra no outro país ao atravessar uma rua. Porém, a característica fluvial da fronteira entre Argentina e Uruguai não anula os desafios vividos em regiões fronteiriças, como explica a magistrada uruguaia: "quando ocorrem problemas com outros países, é necessário um trâmite bastante complexo. Há uma inquietude dos operadores para aprofundar esse tema e construir uma operação efetiva".

Próximos passos rumo a uma maior cooperação

Segundo a cônsul do Brasil em Rivera, Eliana Puglia, as jornadas binacionais confirmam a necessidade de incluir cada vez mais, na agenda legislativa dos países do MERCOSUL, o tema da infância no contexto fronteiriço. "Encontros como esses têm que levar propostas às autoridades para criar legislações que sejam adequadas à realidade das fronteiras", afirma.

Um enfoque legislativo sobre a infância nas fronteiras é essencial para construir procedimentos judiciais mais rápidos e eficientes, como também avalia a juíza brasileira de Santana do Livramento, Mirtes Blum, que apresentou, em Rivera, uma palestra sobre cooperação judicial internacional: "Tanto os juizes do Brasil como os do Uruguai estão de acordo sobre a necessidade urgente de uma legislação de fronteira. A conclusão a que se chegou no encontro é que tudo depende da vontade política e legislativa".

No caso do Brasil e Uruguai, a cônsul, Eliana Puglia, também sinaliza para a possibilidade de uma aproximação da **AIMJJ** com os Comitês de Fronteira, que se reúnem periodicamente para discutir questões relacionadas aos limites territoriais dos países. "É uma instância onde essas jornadas poderiam se refletir. Os Comitês de Fronteira têm outros temas como meio ambiente, educação e saúde, mas as jornadas são mais específicas na questão da infância e podem trazer discussões pertinentes", propõe.

Para ler mais

Consulte a programação das jornadas de Salto e Rivera e acesse a lista dos expositores [no site da AIMJJ](#).

Instituições que apoiaram as jornadas:

Associação Argentina de Magistrados Funcionários e Profissionais da Justiça de Infância, Adolescência e Família; Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude; Associação de Magistrados Judiciais do Uruguai; Associação Uruguaia de Magistrados e Operadores da Família, Infância e Juventude; Autoridade Central de Cooperação Jurídica Internacional do Uruguai; Comissão Departamental de Magistrados de Salto; Colégio de Advogados de Rivera; Defensoria Pública da Argentina, Brasil e Uruguai; Grupo de Trabalho Niñ@sur; Instituto da Criança e do Adolescente do Uruguai; Intendência Municipal de Rivera; Intendência Municipal de Salto; Ministério da Educação e Cultura do Uruguai; Regional Norte da Universidade da República Oriental do Uruguai, Faculdade de Direito; Suprema Corte de Justiça do Brasil e do Uruguai;

Atenção: atividades para 2011

Em consonância com os objetivos propostos durante a reunião da **AIMJJ** em outubro de 2010 e de acordo com o que está previsto no Projeto "Diretrizes de uma Justiça Amigável para Crianças e Adolescentes", serão organizadas, durante o próximo ano, jornadas nacionais e regionais nos países membros da Associação.

Para esses encontros está prevista a adequação ao contexto latino-americano do "**Projeto de Pautas do Conselho Europeu para uma Justiça Amiga das Crianças**", com maior ênfase nas garantias judiciais dos direitos sociais, econômicos e culturais das crianças. Também serão tomadas como referência as **100 Regras de Brasília sobre o Acesso à Justiça das Pessoas em Condição de Vulnerabilidade**, aprovadas na XIV Cúpula Judicial Ibero-americana.

Considera-se que esta é uma maneira efetiva de continuar com a revisão de nossas práticas frente aos princípios da **Convenção sobre os Direitos das Crianças** como chave de um sistema integral para a promoção dos direitos fundamentais. As conclusões desse processo serão compartilhadas no **III Encontro Regional de 5 a 6 de Junho do próximo ano**, que será realizado em Montevidéu, Uruguai, e no **I Congresso Internacional da AIMJJ, que acontecerá em Assunção, Paraguai, de 5 a 7 de outubro de 2011**.

A **Associação Internacional MERCOSUL dos Juizes da Infância e Juventude (AIMJJ)** manifesta publicamente seu agradecimento à **María Dolores Aguilar Seco**, atual diretora-geral do **Instituto Interamericano da Criança**, que foi a instituição responsável pela tradução ao espanhol do "Projeto de Pautas do Conselho Europeu para uma Justiça Amiga das Crianças".

Acesse o **Projeto de Pautas europeu** no [setor de documentos do sítio da AIMJJ](#).

Acesse as **100 Regras de Brasília sobre Acesso à Justiça das Pessoas em Condição de Vulnerabilidade**, no [setor de documentos do sítio da AIMJJ](#).

Felicitações de fim de ano

A **Associação Internacional MERCOSUL dos Juizes da Infância e Juventude (AIMJJ)** deseja que todos os leitores do **JIM** tenham boas festas e um excelente 2011.

Sugestões e críticas pelo e-mail: jim@oficinadeimagens.org.br.



Apoio:



Patrocínio:



Produção Editorial:

